

MEMÓRIA E EXPERIÊNCIA NO ESTUDO DA VULNERABILIDADE DO LUGAR

DE PAULA, Luiz Tiago *

MARANDOLA JR., Eduardo ♦

Resumo

Os estudos e análises de riscos e perigos, geralmente, são relacionados às suas dimensões naturais. Mas na sociedade contemporânea os perigos se tornaram híbridos, incorporando fatores sociais, econômicos, culturais e tecnológicos, concomitantemente. O presente trabalho tem como objetivo buscar uma compreensão mais integrante da configuração desses fenômenos, enquanto elementos socialmente produzidos, na escala do lugar. Nesse sentido, revelar qual importância da memória e da experiência para se compreender a vulnerabilidade dos lugares contribui para um entendimento multidisciplinar dos riscos. A memória é responsável por armazenar e distribuir coletivamente os saberes sobre os perigos, sendo através dela que as experiências se expressam. Sem a memória, cada novo evento danoso, seria uma nova batalha.

Palavras-chave: Riscos e perigos; fenomenologia; metodologias qualitativas

Vulnerabilidade, riscos e lugar

A palavra vulnerabilidade nos remete a diversas possibilidades para seu entendimento. Geralmente, quando citada, tem o sentido de “estar exposto a riscos”. Mas quais seriam esses riscos? Quem ou o que está exposto? Estas questões tornam, portanto, os estudos sobre vulnerabilidade polissêmicos e multidisciplinares (HOGAN e MARANDOLA JR., 2007). Há o risco de queda das bolsas de valores, o risco de tempestades e deslizamentos de massa, o risco de ocorrência de guerra, o risco de epidemias, e outros. Essa gama de possibilidades de acontecer determinados perigos constitui a própria essência de nossa sociedade contemporânea. Ou seja, os riscos possuem origens híbridas: existe, em certa medida, uma fusão de problemas naturais, tecnológicos, socioeconômicos e quase-naturais que afetam direta ou indiretamente a integridade da vida humana (HOGAN e MARANDOLA JR., 2005). Analisemos, por exemplo, uma favela situada na encosta de uma vertente íngreme, de solo argiloso, contaminado por produtos químicos. Além de problemas inerentes a esta forma de uso e ocupação de solo, como o risco de deslizamento pela fragilidade do tipo de solo, temos outros fatores relacionados à educação, à violência e à saúde. Assim, há que perigos essas pessoas, moradoras de tal favela, estariam expostas? As condições naturais do relevo (topografia) se combinam com as de ordem social, econômica e cultural. Dessa forma, a variedade de elementos que configuram determinados tipos de riscos e perigos é tão vasta, que para nós, às vezes, no plano das percepções, se torna até difícil a tarefa

* Graduando em Geografia, bolsista de iniciação científica do Núcleo de Estudos de População, Universidade Estadual de Campinas (Nepo/Unicamp). Email: luiz.paula@ige.unicamp.br

♦ Pesquisador do Núcleo de Estudos de População, Universidade Estadual de Campinas (Nepo/Unicamp). Email: eduardom@nepo.unicamp.br

de conhecer e sistematizar aquilo que nos cerca (o ambiente).

Nosso objetivo nesse trabalho é o de integrar o conceito de vulnerabilidade, aproximando-a aos dois campos que nos interessa enquanto objeto geográfico, os estudos de população e ambiente nas pesquisas qualitativas. Portanto, uma das propostas elaboradas pelo grupo de pesquisa do Projeto Vulnerabilidade do Núcleo de Estudos Populacionais da Universidade Estadual de Campinas (CUNHA, 2006) é não definir a **vulnerabilidade** como apenas “exposição ao risco”, mas pensar no conjunto das condições que envolvem a capacidade de resposta de pessoas/lugares a determinados perigos (HOGAN e MARANDOLA JR., 2007). Esta definição traz mais abrangência ao conceito, na medida em que a vulnerabilidade passa a ter significados multifacetados.

A capacidade de responder ao perigo dependerá da quantidade e qualidade de recursos (ou ativos) sociais, ambientais, culturais e econômicos que cada lugar possui. A memória, a história e as experiências são instâncias fundamentais para coesão social do grupo, e seu fortalecimento diante do perigo.

Partindo do **ambiente** como o próprio meio que nos cerca, seja urbano, rural, híbrido em todas as suas dimensões geográficas, abordamos o conceito de **perigo** como o próprio evento causador do dano, que sempre ocorre na interface sociedade-natureza. Enquanto o **risco** é a **probabilidade** (nem sempre necessariamente expressa como função matemática) de que um indivíduo/ domicílio, lugar ou comunidade estejam expostos ao perigo (HOGAN e MARANDOLA JR., 2004). Essas duas noções – risco e perigo – tornam-se essenciais, na medida em que a partir delas, outras maneiras de resposta às ameaças socioambientais se revelam, como **resiliência** e **adaptação** (figura 1).

Figura 1: Diagrama conceitual risco-perigo-vulnerabilidade



Fonte: Marandola Jr. (2008b, p. 57).

Sabemos do desafio que é entender vulnerabilidade em escalas (de observação geográfica) menores, pequena e microescala – o **lugar**. Quando o assunto se trata de ambiente, geralmente as Ciências ambientais concentram esforços para se compreender as questões de ordem global, como o aquecimento climático, a poluição das águas e outros. Mas como trazer à tona os fenômenos para escala de nossa própria experiência (o lugar), enquanto ser/indivíduo, em que as coisas acontecem concomitantemente, em

determinada circunstancialidade (HEIDEGGER, 2005), em um espaço e tempo circunscrito pela cotidianidade? Através de uma investigação fenomenológica do mundo, David Seamon faz a seguinte indagação:

What, for example, is the nature of human dwelling on the earth? What experiential meanings do places have for people? How do different people experience nature and the physical environment? In what ways do people notice or fail to notice their geographical world? (SEAMON, 1980, p.150)

Pensar nesse caminho é buscar a compreensão da vulnerabilidade no mundo em que vivemos (*lebenswelt*) (BUTTNER, 1985) onde nossa intuição, consciência, percepção, memória e sensação agem ao mesmo tempo. Nesses termos, Seamon se refere a uma abordagem geográfica-fenomenológica do mundo vivido (*lifeworld*) da seguinte forma:

Be it small as an apartment or expansive as the ocean surrounding his ship at sea, as commonplace as a neighborhood or as strange as a distant country, man is housed in a geographical world whose specifics he can change but whose surrounds in some form he can in no avoid [...] A phenomenological geography asks the significance of people's inescapable immersion in a geographical world. What are people as beings in a geographical world? What is nature of human experience in the context of that world? (SEAMON, 1980, p. 148)

Essa busca por uma conceituação interdisciplinar e fenomenológica do mundo (RELPH, 1979; TUAN, 1980; BUTTNER, 1985) direciona os estudos sobre a vulnerabilidade do lugar para o campo de pesquisa e metodologia qualitativa em Ciências Humanas. Buscamos um enfoque mais integrante dessas duas dimensões: as condições físico-ecológicas e as experiências e subjetividades humanas diante dos riscos. Essa abordagem coloca a experiência dos fenômenos como foco principal, encarando a experiência subjetivo-geográfica como a principal mediação entre o indivíduo e o ambiente: “Este [ambiente] é entendido de forma ampla, incluindo o ‘mundo de significados onde a pessoa está inserida, desde as esferas mais imediatas (família, grupo, bairro, cidade) até as mais distantes (país, etnia, mundo) [...]” (MARANDOLA JR. e HOGAN, 2008, p. 3)

Portanto, a discussão se estabelece no plano existencial-ontológico, ao mesmo tempo em que considera os fatores materiais e imediatos que consubstanciam a própria essência do risco. Em nossa sociedade contemporânea, em especial em áreas de perigo, a normalidade é o risco: não há vida sem ameaça. Em vários lugares e para muitas pessoas, ‘conviver com o risco é a vida normal’ (MARANDOLA JR., 2008b, p. 57). Dessa forma, em um contexto urbano e metropolitano em que vivemos, entender como agimos nos caminhos de nossa casa para os lugares de serviço, de lazer ou de estudo, aproxima a teoria (e o pensar) à prática (planejamento e políticas públicas).

Memória e metodologia qualitativa: uma busca fenomenológica da experiência

Não são comuns os estudos sobre memória em Geografia. Tradicionalmente, a partir da segunda metade do século XX, nós geógrafos, quando recorremos para a compreensão do passado, em geral buscamos reconstituí-lo através da história clássica e estrutural, com uma tendência materialista dialética dos fatos (influência da escola marxista). A periodização desses fatos compõe-se em recortes historicamente delimitados para a explicação de determinado fenômeno do presente (SANTOS, 2002). Porém, a discussão que faremos aqui é um convite para a reflexão sobre os sentidos da memória para a Geografia (na medida em que nos interessa para pensar a “memória dos

lugares”), e as contribuições teóricas possíveis para os estudos de Geografia, enquanto buscamos a compreensão do lugar, categoria-chave desta ciência.

Estudos sobre memória têm crescido, a partir da década de 1970, em grande escala principalmente nos campos de análise da História, Antropologia, Psicologia social (BOSI, 2003), em contraste com outras áreas das ciências humanas e sociais. Pensando o ‘presente’ como uma lacuna (incógnita) da história (PASSERINI, 2006), a memória passa, portanto, a desenvolver um papel fundamental no campo de metodologias e pesquisas qualitativas. Essa metodologia é uma designação que abrange linhas de pesquisa muito diferentes (CHIZZOTTI, 2001). Para Delgado (1990), a principal característica da **metodologia qualitativa** é a não-compatibilidade com as generalizações e normatizações. Segundo a autora, essa maneira de analisar os objetos de estudo corrobora para as contrageneralizações e contribui para relativizar conceitos e pressupostos que tendem a universalizar as experiências humanas.

A metodologia qualitativa, portanto, se contrapõe ao método positivista de experimentação, que aplicado as ciências exatas e naturais, passou a ser incorporado pelas ciências humanas e sociais, principalmente a partir do final do século XIX. Dentro dessa orientação positivista, podemos apontar ainda algumas características que predominam até os dias de hoje nas pesquisas em ciências humanas: separação rígida entre sujeito e objeto de estudo, neutralidade do observador (pesquisador) e normatização dos resultados, afim de se criar leis e modelos universais. Ao contrário desses princípios, a contribuição da pesquisa qualitativa é a não redução dos fenômenos humanos às leis estáveis e invariáveis das ciências exatas e naturais (CHIZZOTTI, 2001).

Existe uma tendência em acreditar que a abordagem qualitativa busca compreender somente as singularidades e particularidades minuciosas dos fenômenos – aquilo que está nas franjas ou bordas das grandes estruturas que regem a dinâmica e a forma dos fenômenos do mundo. Porém, esta idéia é apenas superficial. Os objetivos dos métodos qualitativos, em suas distintas orientações filosóficas, analisam não apenas as ‘singularidades’, mas os significados que os indivíduos dão às suas próprias ações (CHIZZOTTI, 2001), complexando e incorporando outras esferas que se conectam ao plano coletivo: esfera familiar, social, econômica, cultural e política. A pesquisa qualitativa está fortemente associada a entrevistas biográficas, descrições e cruzamentos de histórias orais individuais ou grupais, que são conduzidas e estruturadas pela memória.

Mas, para a Geografia, a discussão que se faz acerca da memória e da História está longe de ser aquela feitas por alguns historiadores (LE GOFF, 1990) – ‘*memory vs history*’. A pergunta primeira é: qual a contribuição dos estudos sobre memória para a análise geográfica? A princípio, diferentemente da História, uma análise geográfica que se guiasse através da memória não trataria da **reconstituição objetiva dos fatos do passado**, mas se concentraria em entender como **experiências espaciais** se revelam a **partir** da memória, dos vestígios, em que palpita o mundo vivido (HOLZER, 2005).

A memória ou a reinterpretação dos fatos do passado implicam experiências geográficas do nosso espaço mais imediato, o lugar. Carregado de significados, ele incorpora diferentes escalas espaciais e relações sociais: diz respeito à casa, à rua, ao bairro, à cidade, à família e às relações de amizade. É na perspectiva do lugar que buscamos fenomenologicamente entender a experiência dos riscos através da memória.

O lugar como o espaço da memória

A partir da década de 1970, dentro da Geografia, criou-se uma tendência de estudos de aporte fenomenológico. Esta orientação preocupou-se em entender as categorias analíticas da geografia (região, território, paisagem...) como tal ‘aquilo que se sabe’ pelas ‘coisas mesmas’, pelo conhecimento que surge da própria experiência do mundo vivido (MERLEAU-PONTY, 2006). Neste contexto, tem sido comum o avanço de uma linha de estudos para o resgate de duas categorias que, por anos, ficaram em plano secundário dentro da Geografia – a paisagem e o lugar (HOLZER, 1997). Sendo a segunda mais significativa para o presente trabalho.

O **lugar**, em seu sentido fenomenológico, não tem significado estritamente ‘locacional’, mas extrapola esta concepção e incorpora os significados e subjetividades oriundos da experiência e da vivência do indivíduo e do grupo, em seus envolvimento mais substanciais com o espaço (HOLZER, 1999). Essa concepção revela o lugar como uma construção coletiva que se edifica paralelamente com a memória e as experiências vividas. Para o geógrafo Tuan (1983), na escala individual, o espaço é uma dimensão extensa e abstrata (o planeta, o universo), intangível de ser conhecida integralmente por meio da experiência e dos sentidos. Entretanto, o lugar são aquelas porções (fragmentos geralmente conectados) desse espaço, que nos remete a uma memória, a uma vivência: o bairro onde moramos, a casa, o lugar de trabalho, os lugares de lazer, o lugar de pausa. Estes, para nós, possuem uma localidade no vasto mundo, possuem cores, cheiros e paisagens que nos envolvem e trazem, portanto, nosso júri de valores sobre eles: agradável, caótico, violento ou pacato (TUAN, 1980). Em vista disso, o lugar sugere os laços afetivos entre indivíduo e meio ambiente, possui historicidade e significados, que se diferenciam em modos de expressão (TUAN, 1983).

Denis Cosgrove descreve a experiência de estar a fazer compras em uma manhã de sábado, em que diz não ser **conscientemente** um geógrafo, mas, como tantas outras pessoas de sua idade, um homem fazendo compras com a própria família. Mas alerta para o alto nível de complexidade que o lugar lhe mostra (quase lhe impõe), quando observa “[...] ao redor da base de concreto da árvore, um grupo de adolescentes com cortes de cabelo moicano[...]”, torna a esquina e nota “[...] um cristão evangélico idoso distribuindo folhetos [...]” (COSGROVE, 2004, p. 93) e, então, percebe que, mesmo na manhã de sábado com a família, ainda é um geógrafo. Quando Cosgrove percebe que ‘ainda é um geógrafo’, na verdade, nos leva a refletir sobre o próprio sentido ontológico da Geografia. Ao mesmo tempo, este relato reflete a multidimensionalidade do lugar, e nos convida a pensar a geografia a partir das nossas experiências. Trata-se de colocar o homem no ‘centro das atenções’, e traçar os limites do lugar por meio do **envolvimento** entre o ‘eu’ e o ‘aqui’.

Nesse sentido, lugares, portanto, só existem para alguém, para quem vive ou já viveu, ou de alguma forma experienciou aquelas paisagens, aqueles ambientes. Entendemos, dessa forma, esse ‘local circunscrito pela nossa experiência’ como centro de significados e intenções humanas (TUAN, 1980), e trazemos à tona a **subjetividade** como elemento fundamental para compreensão deste, a valer de que ‘todo homem tem seu lugar’ e todo lugar tem sua historicidade, seu significado e sua memória.

A memória, fortemente amarrada à idéia de lugar, tanto constitui-o quanto armazena e distribui coletivamente saberes que fornecem identidade. Enquanto fenômeno de escala individual, segundo Delgado (1990, p. 9), a memória é “[...] uma construção sobre o passado, atualizada e renovada no tempo presente [...]”. É comum, por exemplo, em uma conversa de campo, o depoente representar o passado de maneira a selecionar os fatos, e se inserir como próprio herói de ‘sua’ história. Porém, vale

ressaltar que esse mesmo passado, construído pela sua fala e pelos seus gestos, nunca é apenas “[...] do próprio indivíduo, mas de outro (que a si mesmo) está inserido num contexto familiar, social e nacional” (ROUSSO, 2006, p. 94). Nesse sentido, toda memória é, de certa forma, coletiva (HALBWACHS, 2006), formando algo contínuo entre as escalas individual e o coletivo.

Do ponto de vista analítico, entender de que forma a memória se expressa, para compreendê-la como elemento de transformações das relações sociais, é uma tarefa difícil e delicada, que vem sendo trabalhada por pesquisadores de diferentes áreas das ciências humanas, nos últimos anos. Procurar entender os avanços, contribuições e os limites dessas noções-chave também faz parte dessa construção de aporte qualitativo dentro das ciências humanas. Precisamos, sem sombra de dúvidas, do apoio de disciplinas como a psicologia social e a psicanálise, entre outras (VOLDMAN, 2006; LE GOFF, 1990). Mas também enaltecer como estudos sobre identidade, migração e segregação têm mostrado que a memória ainda é um campo vasto a ser explorado (LOPES, 2000), e que revela cada vez mais sua importância para História, Geografia e outras áreas das ciências humanas.

Experiência e memória do risco: a capacidade coletivo-individual de enfrentamento do perigo

A memória compõe parte do lugar, assim como é responsável pelo armazenamento e distribuição coletiva de determinados saberes que fornece identidade e segurança ao grupo, e ao lugar. Ela não é em si a fonte da proteção, mas permite que estratégias e conhecimentos sejam intersubjetivamente compartilhados (e construídos), fornecendo segurança existencial e estratégias que ajudam decisivamente a compor a vulnerabilidade do lugar (MARANDOLA JR., 2008b). Sem a memória, cada novo evento seria uma nova batalha, e o próprio processo de construção social do risco não poderia se efetivar. Ela interfere diretamente, portanto, na conformação dos riscos e no seu enfrentamento, estando duplamente associada ao estudo da vulnerabilidade: pela sua dimensão intersubjetiva (integração temporal) e pela sua dimensão analítica (permite acessar a experiência vivida).

Ter acesso a experiência vivida implica em ‘ouvir’ aquele que enfrenta o risco cotidianamente. Nas ciências humanas e sociais em geral, ainda mantém-se “[...] uma perspectiva centralista, que resiste dar a voz àqueles que vivem de forma direta aqueles fenômenos que estudamos” (MARANDOLA JR., 2008a, p.104). O estudioso quando aborda questões sobre o risco, por uma perspectiva fenomenológica, deve tomar cuidado com suas concepções e conceitos (teóricos) preconcebidos, para que estes não atrapalhem e velem a ‘coisa mesma’. Assim como a crença no **ator racional**, a intangibilidade de nos envolvermos com objeto de forma neutra e totalmente ingênua é indiscutível, mas há de se fazer um esforço para colocar em suspenso, ‘entre parênteses’, as idéias prévias, deixando a experiência do vivido se mostrar por si mesma, sem deixar de lado a intencionalidade dos objetivos da pesquisa.

Dessa maneira, quando se trata de vulnerabilidade do lugar, a busca de fenômenos tal como são vividos pelas pessoas do lugar (*insiders*), se revela de fundamental importância. Uma linha de autores, entre sociólogos, antropólogos e geógrafos, como Elias e Scotson (2000), Buttimer (1980), Seamon (1980), Dickerson e Amorim Filho (1996) têm se interessado por essas duas perspectivas de ver o lugar: uma daquele que habita e está inserido no lugar, o estabelecido; e outra vista pelo ‘de fora’ ou *outsider*. Sobre os riscos, não necessariamente para uma análise comparativa

dos fatos percebidos, mas o pesquisador deve indagar, por exemplo: de que forma são percebidos os riscos pelas populações afetadas? Por que essas pessoas ficam e enfrentam o perigo ao invés de abandonar as áreas de alto risco? Será que elas não têm plenamente conhecimento sobre estes riscos ou possuem estratégias próprias para enfrentá-los? São tais pessoas mais expostas por isso? Deveríamos impor a elas a visão da certeza científica num momento em que a própria ciência é forçada a reconhecer a sua própria imprecisão e falibilidade? (HOGAN e MARANDOLA JR., 2007).

É no decurso de uma experiência coletiva que os riscos são socialmente produzidos, e esse saber passa a ser transferido de geração para geração. Essa distribuição coletiva de conhecimento proporciona melhores condições para que o grupo construa estruturas próprias de **adaptação**, como forma de responder ao perigo. Ou ainda, permite que o grupo diminua as condições favoráveis para ocorrência do perigo, diminuindo assim a probabilidade (o risco) de ocorrência do dano novamente.

A memória e a experiência abarcam todos os elementos referentes à identidade e à percepção ambiental do lugar, implicando maneiras singulares de enfrentamento ao perigo. Sem elas, os recursos materiais, financeiros e tecnológicos perderiam parte de seu sentido simbólico e efetivo para promover **segurança** e **proteção**. Nessa perspectiva, memória e experiência são fatores simbólicos, responsáveis pela autenticidade e ações preventivas relacionadas aos riscos do lugar. Partindo das idéias de Relph (1976), podemos associar os lugares produzidos por ‘agentes externos’ (geralmente, o poder público e privado) e a essência histórica e simbólica que constitui a própria gênese dos lugares:

Para compreender a autenticidade dos lugares, Relph prioriza a produção do espaço, principalmente através da ação do poder público, que cria e produz lugares. Estes, quando representam uma descontinuidade em relação à historicidade da comunidade, rompem com a relação orgânica de produção da cidade e de construção de lugares, passando a constituir, para o autor, uma atitude inautêntica, manifesta pela ruptura e pela não preocupação com o sentido do lugar. Em situações como essa, com a fraca aderência entre pessoas e lugar, a vulnerabilidade pode ser potencializada pela sua própria constituição material e simbólica. (MARANDOLA JR., 2008b, p. 59)

Esta situação de **inautenticidade** do lugar quase nunca é permanente, pois as características primárias do lugar – como a paisagem, as relações de vizinhança – se reelaboram, segundo a cultura, classe social, faixa etária do grupo, além de outros fatores, que influenciarão parte daquilo que Seamon (1980) chamou de **balé-do-lugar** (*place-ballet*). Conceito o qual tem a ver com os movimentos corpóreos diários das pessoas, que são conectados por meio de uma **intersubjetividade** e familiaridade dentre os indivíduos, e entre indivíduos e o lugar, configurando os ritmos rotineiros em uma escala espaço-temporal delimitada.

Esta noção de balé-do-lugar tem relação direta com a vulnerabilidade do lugar, uma vez que elementos como a intersubjetividade, a intimidade nos movimentos e relações diárias das pessoas, ditos ‘ritmos do lugar’ e outras práticas comunitárias de ordem mais ampla, se correlacionam com as idéias de **território** e **identidade**, elementos fundamentais para se entender os riscos, socialmente construídos, e as ameaças do lugar (DE PAULA, 2007).

Buscar entender a noção de território, enquanto uma instância essencial da vida, juntamente com a idéia de identidade do lugar, aproxima a compreensão de determinados riscos sempre associados ao gênero de vida do lugar. Na Geografia, assim como nas ciências sociais em geral, existe uma tradição em estudar o território tendo em vista o limite legislativo dos Estados Nacionais, e suas implicações de resistência e de

poder político, militar e econômico, principalmente quando se trata do processo de globalização (em seu sentido mais amplo). Esse entendimento de território como área de apropriação e gestão tem raízes remotas, como por exemplo, a própria origem etimológica da palavra – do latim *territorium*, terra (*terri*) e pertencimento (*torium*).

Mas estudos que trazem outros olhares, ao menos na Geografia, têm surgido para uma evolução mais coerente entre o conceito teórico e a nossa realidade contemporânea. Haesbaert (2007), ainda com uma perspectiva relativamente tradicional avança quando se atenta a questão da escala. Para ele, a noção deste conceito-chave não deve se restringir a apenas as escalas nacionais, mas incorporar as outras escalas e esferas da vida social, desde a relação de poder em microterritórios de resistência, do nosso cotidiano, até as redes planetárias dos movimentos contraglobalizadores.

Em outra abordagem, Zilá Mesquita afirma ser o território como um fato essencial da vida:

“O território é o que nos é mais próximo; é o mais próximo de nós. É o que nos liga ao mundo. Tem a ver com a proximidade tal como existe no espaço concreto, mas não se fixa a ordens de grandeza para estabelecer sua dimensão ou o seu perímetro. É o espaço que tem significação individual e social. Por isso ele se estende até onde vai a territorialidade. Esta é aqui entendida como a projeção sobre o território. Assim que me sinto diante do território.” (MESQUITA, 1995, p. 83)

Processos e elementos como memória, identidade, território e lugar estão amarrados e compreendê-los nessa trama correlacional, obriga o geógrafo, quando pensa a vulnerabilidade do lugar, buscar suas próprias experiências e as das pessoas, principalmente em trabalho de campo. A volta ao campo, da perspectiva fenomenológica, obriga-nos a pensar conjuntamente o risco em três dimensões: i) **ordem físico-geográfica**: enquanto materialidade que existe independentemente da relação de tensão pesquisador-objeto (ESCOLAR, 1998); ii) **ordem social**: a construção coletiva e intersubjetiva dos ‘medos’ do lugar, das maneiras de promover risco-proteção; e iii) **ordem experiencial**: compreender como a vulnerabilidade se revela na memória e experiência individual, subjetiva.

Partindo dessa tríade que envolve basicamente indivíduo-lugar-ambiente, abre-se um leque de possibilidades para identificar o risco, enquanto elemento da própria consciência, memória e historicidade do lugar, que pode se manifestar ou não na experiência das pessoas, mas que, de qualquer forma, irá influenciar diretamente em suas ações e comportamentos no e sobre o ambiente. Ao contrário da faculdade de julgar do senso técnico-científico, os riscos do lugar nem sempre estão ‘marcados’ visivelmente na paisagem, facilmente identificáveis para ações externas e impostas aos lugares. As dimensões de risco e perigo estão exatamente na interface entre pessoas e ambiente, não podemos olhar só para uma dessas faces, pois se não desestruturáramos a própria essência desses fenômenos.

Caminhos e possibilidades para pensar vulnerabilidade do lugar e memória

A memória recorda os eventos e serve como base motivadora para as ações futuras de uma comunidade, lugar, pessoa ou domicílio. Portanto, ela é tema central para compreender que é lugar e quais foram e são os seus riscos. Sem a memória, como lugares reagiriam a eventos perigosos? A própria idéia de lugar, trazida neste trabalho, revela a indissolúvel separação entre lugar e memória. Mas devemos ressaltar como

estudos sobre migrantes e não-migrantes têm relacionado o domínio da memória do lugar à capacidade de enfrentamento dos riscos. Será que estabelecidos e migrantes responderiam da maneira semelhante a eventos que causam perdas? O próprio processo de construção do lugar constitui paralelamente a sua memória associada – a memória do lugar. Esta se baseia no princípio de que todas as memórias de um grupo estão geograficamente referenciadas. Será que a memória, então, interfere nos modos em que as pessoas percebem os ambientes onde vivem? O lugar de pouca memória está mais exposto ao risco do que aqueles que têm uma memória relativamente consolidada? Como pensar planejamentos urbanos, tendo em vista a memória e a experiência dos estabelecidos e migrantes do lugar?

Nessa perspectiva, queremos compreender, portanto, a vulnerabilidade de maneira multidimensional (MARANDOLA JR., 2004). A necessidade de uma leitura sobre o que os dados estatístico-demográficos nos revelam, e também de laudos técnicos de gestão e engenharia, são irrefutáveis. Mas é preciso incorporar as experiências e memórias que consubstanciam a efetivação das diversas maneiras de respostas do lugar, diante dos perigos.

Referências

- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios sobre psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 219 p.
- BUTTNER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.) **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1985. p. 165-194.
- BUTTNER, Social space and the planning of residential areas. In: BUTTNER, Anne e SEAMON, David (Orgs.) **The human experience of space and place**. Londres: Croom Helm, 1980. p. 21-54.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001. 164 p.
- COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto L. e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. p. 92-123.
- CUNHA, José Marcos Pinto da (Org.). **Novas metrópoles paulistas**: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2006. 616 p.
- DE PAULA, Fernanda C. **Geografia de bairro**: territórios vividos e experiência urbana no bairro bosque, Campinas. 2007. 88 p. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- DELGADO, Lucília A. N. **História oral**: memória, tempo, identidade. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990. 553 p.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. 2ed. (trad. Vera Ribeiro) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 224 p.
- ESCOLAR, Cora. Epistemologia del trabajo de campo en geografía: problemas en torno a la construcción de los datos. **Revista Electrónica Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 1, n. 96, p. 1-7, 1998.
- HABWALCHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. 224 p.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: di hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, F.G.B. e HAESBAERTH, R. (Orgs.) **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007. p. 33-56.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo** – parte I. Petrópolis: Vozes, 2005. 325 p.
- HOGAN, Daniel Joseph e MARANDOLA JR., Eduardo. Natural hazards: os estudo geográfico dos riscos e perigos. **Ambiente e sociedade**, vol. 7, n. 2, p. 95-109, jul./ dez 2004.
- HOGAN, Daniel Joseph e MARANDOLA JR., Eduardo. Towards an interdisciplinary conceptualisation of vulnerability. **Population, Space and Place**, n. 11, p. 455-471, 2005.

- _____. Vulnerabilidade e perigos naturais nos estudos de população e ambiente. In: HOGAN, Daniel J. (Org.) **Dinâmica populacional e mudança ambiental**. Campinas: Nepo, 2007. p. 73-86.
- HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território**, Rio de Janeiro, ano II, nº 3, p. 77-85, jul./dez. 1997.
- _____. O lugar na Geografia Humanista. **Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 7, p. 67-78, jul. dez. 1999.
- _____. A Geografia Cultural e a História: uma leitura a partir da obra de David Lowenthal. **Espaço e cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, n. 19-20, p. 23-32, jan./dez 2005
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. (trad. Irene Ferreira; Bernardo Leitão; Suzana F. Borges) Campinas: Ed. da Unicamp, 2003. 541p.
- LOPES, Marcos A. **Espaço da memória: fronteiras**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000. 240 p.
- MARANDOLA JR., Eduardo. Uma ontologia geográfica dos riscos: duas escalas, três dimensões. **Geografia**, Rio Claro, v. 29, n. 3, p. 315-338, 2004.
- _____. Mapeando “Londrinhas”: imaginário e experiência urbana. **Geografia**, Rio Claro, v. 33, n. 1, p. 103-126, jan./abr. 2008a.
- _____. **Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana**. 2008b. 278p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MARANDOLA JR. Eduardo; HOGAN, Daniel Joseph. Vulnerabilidades do lugar vs vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, 2008, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2008. [CD-ROM]
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. (trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura) 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 662 p.
- MESQUITA, Zilá. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Zilá e BRANDÃO, Carlos R. (Orgs). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre: UFRGS, 1995. p. 76-92
- PASSERINI, Luisa. A “lacuna” do presente. In: FERREIRA, Marieta M. e AMADO, Janaína (Orgs.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p 33-41.
- RELPH, Edward. **Place and placelessness**. London: Pion, 1976. 156 p.
- RELPH, Edward. As bases fenomenológicas da geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 4, n. 7, p. 1-26, 1979.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta M. e AMADO, Janaína (Orgs.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p 93-101.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002. 384 p.
- SEAMON, David. Body-subject, time-space routines and place-ballets. In: BUTTIMER, Anne e SEAMON, David (Orgs.) **The human experience of space and place**. Londres: Croom Helm, 1980. p. 148-165.
- TUAN, Yi-fu. **Topofilia: um estudo das percepções, atitudes e valores do meio ambiente**. (trad. Livia de Oliveira). São Paulo: DIFEL, 1980. 288 p.
- _____. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. (trad. Livia de Oliveira). São Paulo: DIFEL, 1983. 250p.
- VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In: FERREIRA, Marieta M. e AMADO, Janaína (Orgs.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p 33-41.